

CoMMunicare

Revista de Pesquisa

Faculdade Cásper Líbero



Nesta edição:

- Entrevista
- Comunicação: Tecnologia e Política
- Comunicação: Meios e Mensagens
- Comunicação e Mercado
- Resenhas
- Na Estante
- Clássico



Vol. 8 - nº 1 - 1º semestre 2008 - ISSN 1676-3475

CIP - Centro Interdisciplinar de Pesquisa

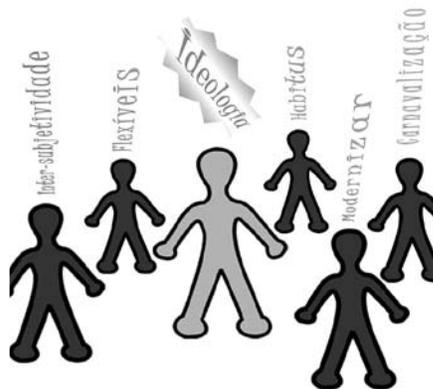
8
1

Stuart Hall, cultural studies e a nostalgia da dominação hegemônica

Stuart Hall, Cultural Studies and the hegemonic domination nostalgia

Ciro Marcondes Filho

Pós-doutor pela Universidade Stendhal de Grenoble, França
Docente titular da Escola de Comunicações e Artes / USP
cjrmlh@usp.com.br



Resumo

Stuart Hall é um dos poucos autores contemporâneos que ainda se apóia no conceito de ideologia. Ela interfere na língua falada definindo limites, regulando a forma discursiva com a intenção de estabilizá-la e congelá-la. Ela domina o bloco histórico e a estratégia seria a de unir as camadas populares, a partir de dentro, para que estas possam fortalecer-se e combatê-la. Mas todo esse esquema tem sabor nostálgico, como se houvesse uma manobra dos poderosos e os dominados não se identificassem com os signos de poder e prestígio. Como no caso da “leitura crítica”, não seria o caso de modernizar Stuart Hall?

Palavras-chave: estudos culturais, ideologia, Bourdieu, Foucault, Gramsci, articulação, leitura crítica, Habermas, habitus.

Abstract

Stuart Hall is one of the few contemporaries authors who still support the concept of ideology. For him, it intervenes in the language defining limits, regulating the discursive form with the intention to stabilize it and to congeal it. It dominates the historical block and the strategy would be to join the popular layers from inside so that these can be strengthened and fight against it. But this whole project has a nostalgic flavor, remembering programs of the old proletarian culture and the ideology of blocks. Hall sees it, as it were a maneuver of the powerful class and as if the dominated people were not identified with the signs of power and prestige. As in the case of the “critical reading”, would it not be the case to modernize Stuart Hall?

Key words: cultural studies, ideology, Bourdieu, Foucault, Gramsci, articulation, critical reading, Habermas, habitus.

Resumen

Stuart Hall es uno de los pocos autores contemporâneos que aún se apoya en el concepto de la ideología. Para él, ella interfiere en la lengua hablada, definiendo límites y regulando la forma discursiva, con la intención de estabilizarla y congelarla. Ella domina el bloc histórico y la estrategia sería la de unir las capas populares a partir de dentro para que estas puedan fortalecerse y combatirla. Pero todo ese esquema tiene un sabor nostálgico, recordando programas de la antigua cultura proletaria y de la ideología de bloques, como si hubiese una maniobra de los poderosos, y los dominados no se identificasen con los signos de poder y prestígio. Así como en la “lectura crítica”, ¿no sería el caso de modernizar a Stuart Hall?

Palabras clave: estudios culturales, ideología, Bourdieu, Foucault, Gramsci, articulación, lectura crítica, Habermas, habitus.

1. Sociolingüística, Labov, Bourdieu: a linguagem retorna ao social

O pós-guerra marcou uma reabilitação e uma renovação dos estudos de linguagem preocupados com sua interconexão com problemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Os estudos lingüísticos fechados e supostamente “neutralistas” de um Saussure haviam sido combatidos intensamente no período anterior; agora, nas primeiras décadas da segunda metade do século 20, outros autores retomam a bandeira e vão em busca de estudos de linguagem mais entrelaçados com questões sociais maiores. É o caso da constituição da sociolingüística em 1964, da posição do sociólogo francês Pierre Bourdieu no debate, mas, acima de tudo, da criação do Center for Contemporary Cultural Studies, da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, especialmente sob o comando do caribenho Stuart Hall.

A sociolingüística surge oficialmente em Los Angeles,

quando especialistas internacionais chamados para a primeira conferência a respeito, em 1964, decidem posicionar-se contra Noam Chomsky e sua gramática gerativa. O encontro pôde gerar uma série de publicações especializadas que buscaram repercutir ao longo da década e mais além a criação dessa nova disciplina. O maior nome, sem dúvida, desse encontro foi o pesquisador William Labov, que estudou o linguajar da cultura negra em Nova Iorque.

Labov comparou a forma de falar de populações de classe média e populações de classes populares, constatando que, nas primeiras, o estilo da fala carregava-se

de expressões do tipo “eu acho”, do uso de voz passiva, de verbos modais e auxiliares, de termos raros. Havia diferenças também na forma de expressão masculina, em comparação com a feminina. Os homens tinham muito mais resistência a submeter-se à língua legítima, diz ele, uma vez que falar correto, de alguma forma, interferiria em sua virilidade, pois poderia indicar docilidade. Falar com a boca fechada, por outro lado, seria visto como uma forma mais feminina (afetada, tensa, censurada), enquanto que um linguajar aberto, escancarado, “pela garganta”, expressaria a fala do homem e seu índice de dominação sobre a mulher.

Pierre Bourdieu, do outro lado do Atlântico, amplia as posturas da sociolingüística, acatando, em parte, as posições de Bakhtin e, por outra, continuando a crítica a Saussure e aos pragmáticos ingleses, especialmente John Austin. Como outros estudiosos em ciências humanas, Bourdieu procura afastar o espectro dominante que a lingüística procurou exercer sobre todos os outros saberes durante todo o século 20. Para ele, a lingüística usa da própria linguagem, da “filosofia intelectualista” que toma o lugar da ação propriamente dita. O uso de Saussure significa, para ele, reduzir a ação social a um ato de comunicação, analisável apenas sob o ângulo do deciframento de códigos e cifras. Ora, era preciso alterar esse esquema e introduzir aí as relações de poder, que estão, de fato, fora da linguagem.

Para Pierre Bourdieu, o poder das palavras não é outra coisa do que um *poder delegado* de quem é portador dessas palavras. Refutando Austin, ele diz que não basta pronunciar frases performativas (a palavra de ordem de um juiz que faz existir aquilo que ele enuncia), pois não terão nenhum efeito, se quem as enunciar não tiver a investidura social para tanto. Se a pessoa não tem o poder ou se as circunstâncias não são adequadas, nada vai ocorrer. O discurso da autoridade, diz

A fixação de normas lingüísticas faz parte do exercício constante das sociedades

Bourdieu, não reside na língua legítima, no uso de variações prosódicas e articulatórias da fala oficial, na complexidade da sintaxe ou na riqueza do vocabulário, mas nas condições sociais de produção e reprodução da mesma. Uma fala produzindo existência ao criar a representação coletivamente reconhecida, constitui, por essa mesma existência, suporte do poder absoluto.

Desta maneira, Bourdieu refuta igualmente Michel Foucault, dizendo que não há ciência do discurso considerado em si e por si mesmo. O sentido das propriedades formais das obras só aparece, conclui ele, se nos reportarmos às suas condições de produção (à posição de seus autores) e aos mercados aos quais se dirige. Trata-se aqui, frisa ele, de uma compreensão de sentido que está aquém das palavras, que nasce do encontro entre o interesse expressivo ainda não expresso, ou até mesmo recalçado, e sua expressão em formas, a saber, já realizadas de acordo com o campo. Afinal, *o que as palavras querem dizer*, isso só pode ser sabido se exercermos, além do texto, o mesmo tipo (daquilo que os lingüistas chamam) de “violência” que Heidegger cometeu contra Kant, e que inclusive defendeu como legítima, que sozinha permite compreender além das palavras o que elas, de fato, querem dizer.

2. Stuart Hall e o CCCS

Oficialmente, a história dos Estudos Culturais inicia-se em 1956, quando tanques soviéticos invadem Budapeste, estrangulando respiros de liberdade entre os húngaros. A Nova Esquerda surge daí, como reação “àquele” socialismo praticado pelos russos. Stuart Hall dirigirá, a partir de 1958 até 1961 a revista *New Left Review* e autores como Richard Hoggart e Raymond Williams se dedicarão a investigar a cultura das classes trabalhadoras na Inglaterra, em busca de valores e significados nelas incorporados. Em 1964, mesmo

ano da constituição da sociolingüística nos Estados Unidos, funda-se em Birmingham, o CCCS – Center for Contemporary Cultural Studies, que será dirigido por Hoggart em seus primeiros quatro anos, e, por Hall, de 1968 a 1979.

É na década de 70 que se iniciam os estudos sobre a ideologia, no CCCS. Hall pretendia repensar e retrabalhar categorias conceituais da ideologia, seus mecanismos e mapeamentos, partindo, basicamente, do texto *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Bakhtin e Volochínov. Acreditava que esse livro permitia perceber claramente que o que a ideologia “faz” não é impor uma perspectiva de classe já formada sobre outra, menos poderosa, mas intervir na fluidez ideológica da linguagem, definir limites e a ordem reguladora de uma “formação discursiva”, visando fixar, a seu bel-prazer, o fluxo da linguagem, para estabilizá-la, congelá-la, saturá-la. Não se trata, portanto, de uma operação truculenta, como a invasão dos russos, mas de um modo sutil de impor-se, intervindo na linguagem. A cartilha de Volochínov dizia, fundamentando isso, que a imposição da norma serve para impedir a erupção de novos sentidos, para evitar a fluidez da heteroglossia e para bloquear a instabilidade e a heretogeneidade que teriam a capacidade de desordenar o caráter aparentemente pronto da linguagem.

Mas será que é assim mesmo? Não se pode contestar que a linguagem possui uma norma e que surjam, o tempo todo, movimentos para desestabilizar essa norma; isso faz parte de toda transformação lingüística em qualquer sociedade, mas é discutível, tanto em Volochínov como na apropriação dele feita por Hall, que se trata de uma manobra intencional ou mesmo “estrutural” de uma classe, visando impor-se por meio da linguagem. A fixação de normas lingüísticas faz parte do exercício constante das sociedades, exatamente para incorporar ou para normatizar usos lingüísticos numa linguagem-padrão que tem

por finalidade estruturar o universo das falas, os textos e de toda a memória social. Naturalmente, forças conservadoras debatem-se aí com forças inovadoras, o que não significa que as primeiras prevaleçam sempre sobre as outras; pode-se admitir, contrariamente, que a linguagem adotada como padrão seja uma síntese desses mesmos conflitos, resultado de uma luta em que partes ganham e partes perdem. É o próprio Bakhtin, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, quem cita a absorção da forma popular “ich war”, corrente na expressão verbal alemã atual, que, enquanto norma popular, “errada” mas analógica ao seu plural “wir waren”, não era aceita na Idade Média, mas impôs-se contra o oficial “ich was”.

Stuart Hall é um intelectual ao mesmo tempo um ativista político que emergiu de forma espantosa nas últimas décadas

Stuart Hall esteve em seus primórdios com o pé ao mesmo tempo em duas canoas: no culturalismo de seus amigos de Birmingham e, ao mesmo tempo, namorando o estruturalismo de Althusser e, parcialmente, de Lacan. Veremos isso mais adiante. A sua ruptura com Althusser e seu modelo de análise ideológica fundado no estruturalismo ocorreu com a adoção de Antonio

Gramsci, como a solução mais apropriada para o momento das disputas políticas e ideológicas do fim do século 20. A virada se deu na década de 80 do século passado, fazendo-o dedicar-se mais precisamente às questões ligadas às “minorias”, com as da raça, da etnia e do gênero, decrescendo, ao mesmo tempo, as alusões à classe, pedra angular do discurso marxista clássico.

Stuart Hall é um intelectual e ao mesmo tempo um ativista político que emergiu de forma espantosa nas últimas décadas, especialmente nos Estados Unidos, onde se tornou uma espécie de moda intelectual, em contraposição à lingüística oficial e às suas tendências monopolistas

e dominadoras, como veremos adiante, mas, também, contra a “novíssima esquerda” do campo dito “pós-moderno”, não poupando crítica a nenhum de seus representantes, se bem que aproveitando em parte suas contribuições. É talvez, no quadro atual, o único nome de relevância no pensamento de esquerda que ainda mantém prestígio e ressonância dentro desse espectro político e intelectual.

Isso se deve, possivelmente, ao fato de Hall ser um homem acima de tudo aberto às novidades, ser ilimitado, sempre buscando se renovar e aceitar novas influências que somem com o seu trabalho. Ele tem uma visão de cultura como processo, como produção, como espaço altamente vivo e criativo, dotado de grandes capacidades de resistir e de reagir às imposições deformantes, especialmente da cultura de massas. Entusiastas seus afirmam que Hall não contribui tanto no campo intelectual como o faz no âmbito da política, participando em projetos coletivos. Ele dá voz ao colonizado, analisa o que o impede de se afirmar socialmente e trabalha por isso. Em relação à atividade de ensino, Hall assume igualmente uma postura inovadora e produtiva ao sugerir ao professor que sua cabeça mude a cada semana (possivelmente no sentido de integrar aquilo que o alunado “lhe ensina”, como Emmanuel Lévinas).

Pois é exatamente no campo teórico-intelectual que Hall demonstra suas maiores debilidades. Influenciado por seus companheiros do CCCS, Hall aceita, inicialmente, o paradigma culturalista, que vê a cultura não como uma soma de textos, mas como um sistema de sentido, corporificado nas práticas sociais; esse modelo será posteriormente criticado como sendo humanista e experimentalista, dependente de práticas voluntaristas e populistas. Já o paradigma estruturalista, em moda nos anos 60 e 70 do século passado, especialmente com Louis Althusser, diz que a experiência é efeito

de estruturas sociais que não podem ser reduzidas a materiais da experiência. A diferença básica é que o estruturalismo, partido de um esquema antes hegeliano, trabalha com totalidades, tudo remete ao todo (apesar das “correções” de Althusser a esse todo) e, no caso deles, a uma totalidade abstrata, inconsciente, acima da intervenção dos sujeitos. Isso é algo que Hall tem dificuldade de aceitar, pois, não concorda, como homem da prática, com a exclusão das ações sociais possíveis.

Como não pretende embarcar no modelo humanista do culturalismo nem nas formas impessoais do estruturalismo, alguma proposta tem que surgir para dar conta da dupla insatisfação com esses dois modelos. Stuart Hall vai apostar, então, em Gramsci e na sua noção de hegemonia. Segundo ele, Gramsci opera com conjunturas e abandona a submissão radical ao econômico, privilegiando, antes, o cultural (trata-se, nesse caso, da mesma virada provocada na Alemanha pré-hitlerista, com as repercussões de Ernst Bloch e de Georg Lukács, que introduziram a questão cultural na aridez do economicismo marxista, permitindo o surgimento da sociedade do glamour, com Kracauer, e da Escola de Frankfurt, com Horkheimer). Tanto Gramsci como Bloch e Lukács viveram na mesma época e observaram o idêntico quadro da incapacidade de o marxismo dar respostas às questões culturais-ideológicas de seu tempo. Para Hall, Gramsci permite “conexões” entre fenômenos culturais e lutas sociais maiores.

Hall, assim, abandona o austero Althusser para ficar com o *light* Gramsci. Diz ele que a virada para Gramsci é uma virada para fora do marxismo e de qualquer teoria que abstraia do específico e veja-o apenas como efeito de estruturas mais gerais. Já conhecemos isso em Theodor Adorno, em sua *Dialética Negativa*, quando, abandonando o modelo totalizante de Hegel, opta pela busca do não-idêntico nas experiências sociais inovadoras.

Mas Hall ainda fica com entulhos de velho marxismo, como o conceito de ideologia, definida, por ele, como uma estratégia determinada de uma classe sobre outra. Ele acha que ideologias são formas pelas quais idéias diferentes tomam conta das mentes da massa e, assim procedendo, tornam-se “força material”. Essas ideologias passam, então, a dominar o “bloco histórico”, o que o leva a sugerir, daí, a união desse bloco a partir de dentro, numa espécie de *diferenciação com fechamento para o mundo maior*, no sentido do conceito weberiano de *Ausdifferenzierung* (também usado por Habermas e por Luhmann). União do bloco para manter seu domínio e liderança sobre a sociedade como um todo. Ao falar de bloco unido, ele está pensando, talvez como um retorno do recalcado, na velha idéia da cultura proletária, como mundo próprio e autônomo, cara a Hoggart e Williams. Permanece o esquema de estruturação classista das ideologias e de manutenção da hegemonia e Stuart Hall não parece se questionar até que ponto estas proposições são ainda atuais e realistas.

Para Hall, conceitos e linguagens do pensamento prático (introduzidos pela ideologia) estabilizam uma forma particular de poder e de dominação, ou, ainda, acomodam e reconciliam as massas em “seu lugar subordinado” na formação social. Habermas fala algo parecido, quando comenta que o sistema busca colonizar o mundo vivido, introduzindo nele maneiras de pensar, estruturas de raciocínio, clichês, estereótipos, que efetivamente bloqueiam o pensamento e a relação construída no mundo realmente vivido; que os princípios da organização, do estado, das instituições e empresas moldam o modo de pensar dos homens e os distanciam da realidade cotidiana, muito mais rica em experiências e em capacidade conscientizadora. Mas Habermas não fala em ideologia e aposta no diálogo intersubjetivo para quebrar esses esquemas vindos do

sistema. Estaria aí, para ele, a chance da democracia. Não se trata de formar blocos nem de culpar uma manobra perversa dos dominantes, mas apenas de criar uma base de discernimento político que permita uma consciência autônoma e crítica no seio da massa popular.

A forma como Hall pensa a ideologia não é mais como “falsa consciência”, como no antigo marxismo, nem da maneira como supostamente a vê Bakhtin e Volochínov, ao contraporem-na à “coisa em estado puro”. No presente, ele acha que o conceito é utilizado para denominar *todas* as formas organizadas de pensamento social. O trabalho da oposição, então, deveria se concentrar em vincular as instâncias para organizar os agentes; ele estudaria os elementos ideológicos, a forma como eles agem coerentemente no discurso, e questionaria se são ou não *articulados* para certos sujeitos políticos. A meta é capacitar indivíduos, na sua antiga fórmula da “leitura preferencial”, a contestar sentidos promovidos pela cultura, tida por ele como “dominante”. Como num caminhar com seu reboque, a articulação é o fato de algo pequeno, mas decisivo, puxar, de reboque, algo maior, mais imponente.

Para isso colabora também o conceito de *dialógico*, de Volochínov, por meio do qual, diferentemente das bifurcações restritivas da lógica de classes convencional, enfatizam-se os termos variáveis do antagonismo, a intersecção de diferentes valências no mesmo terreno discursivo (como operava Althusser com as diversas instâncias, econômica, política e ideológica), obtendo-se, assim, maior flexibilidade no jogo de significação, abandonando-se a tradução rija, podendo os elementos “articularem-se” de forma mais ágil e

dinâmica. Isso lhe permite outras leituras do material ideológico recebido.

Hall utiliza-se do mesmo raciocínio “flexível” para falar das metáforas. Gramsci dizia que se deveria sair da guerra de manobras para se ingressar na guerra de posições. Era a metáfora da luta política de sua época. Hall a reatualiza para a necessidade atual de se adaptar às circunstâncias. Diz que não se opera simplesmente a substituição de uma metáfora por outra, mas “se é surpreendido no meridiano que divide as duas variantes da mesma idéia” e fica-se suspenso entre ambas, abandonando-se uma, sem contudo transcendê-la, movendo-se para outra, sem englobá-la inteiramente. Fica-se, assim, entre uma e outra, como no conceito do carnavalesco que é, a um só tempo, excesso, excedente e carência, falta. (Veremos isso novamente mais adiante).

Temos, portanto, um novo quadro de análise dos conteúdos ideológicos, em que um exame minucioso se propõe a trabalhar o conjunto de suas manifestações – a oscilações, as interpenetrações, as variações do jogo - e identificar, nesse novo e complexo emaranhado, se há ou não articulação com o universo de vida e interesse das classes populares. A fórmula, contudo, ainda deixa transparecer os ecos de uma educação política no estilo partidário e “condutor” das massas, que pode pôr em risco a própria capacitação para o pensamento autônomo, aquele as habilitaria a dispensar os líderes.

3. Hall e as discussões teóricas

A utilização de Volochínov e seu conceito de dialógico já é uma tomada de posição de Hall contra Saussure e sua “ênfase na forma abstrata e estrutural”, como vimos atrás. De Bakhtin, Hall apropria-se do conceito de carnaval, como “metáfora da suspensão e inversão temporária da ordem”, bem no estilo da *articulação*,

Ele tem uma visão de cultura como processo, como produção, como espaço altamente vivo e criativo

apresentada acima. No carnaval, invertem-se categorias simbólicas de hierarquia e valor. Além disso, é o momento de ligação com novas fontes de energia, vida e vitalidade, e, para Hall, “metáfora poderosa de transformação social”. Hall destaca que o carnaval não é apenas uma inversão, em que se vira o mundo às avessas, preservando a estrutura binária, mas é a própria transgressão do binarismo, pois, aí, o baixo invade o alto ofuscando a imposição da ordem hierárquica, criando ordens do grotesco, revelando a natureza necessariamente mista e ambivalente da vida cultural.

John Fiske, colaborador de Hall, vê nesse embaralhamento do individual e do social, do interior e do exterior, do micro e do macro, a presença excepcional do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu. Os *habitus* constroem-se socialmente, diz Bourdieu, sem passar pela linguagem ou pela consciência; eles inscrevem-se nos traços mais insignificantes da vida social: nas maneiras de olhar, de se comportar, de manter silêncio, de falar, etc. São procedimentos silenciosos e expressivos, verdadeiros códigos secretos que estruturam a ordem social. Os hábitos são, a um só tempo, posição na estrutura social e trajetória histórica através dele. Eles associam o engajamento nessa posição e nessa trajetória, identidade social, hábitos de pensamento, gostos, disposições formados na prática e por ela. Por isso, os hábitos misturam instâncias, níveis, formas de atuação, constituindo esse complexo misto de relações. O hábito, para Bourdieu, não é o ambiente pré-dado em que nascemos, ele vive em nós, assim como nós vivemos nele; nós o corporificamos, assim como ele nos anima. É pelo hábito que vivenciamos e ordenamos as forças que formam o espaço social e as práticas de habitação nele.

Não se sabe exatamente se Hall concorda inteiramente com essa nova tradução do carnavalesco e da articulação proposta por

Fiske, amparado em Bourdieu. De qualquer forma, isso sinaliza uma renovação e um arejamento maior no pensamento da esquerda nos Estudos Culturais, exatamente porque se desfaz de vícios teóricos e políticos que, de alguma forma, emperram a flexibilidade tão pretendida por Hall. Veja-se, por exemplo, o caso de Gramsci, que alguns críticos questionam, como Lídia Curti, dizendo ser ele o último bastião da teoria totalizante. O papel do intelectual orgânico em Gramsci sofre o mesmo tipo de questionamento: afinal, quem o delegou para o exercício dessa função?

Da mesma forma, a aceitação da articulação, do carnavalesco e mesmo do *habitus*, todos eles põem em xeque o conceito clássico de ideologia, como “idéias diferentes que tomam conta da mente das massas”, idéias que passam a dominar o pensamento do bloco histórico, distribuição de regimes de verdade, que têm efeitos na manutenção do poder na ordem social. Nessas caracterizações de Hall sobrevive ainda a noção de blocos antagônicos, com cultura, pensamento e posicionamentos opostos e conflitantes, como esferas que não se reconhecem e estão continuamente em hostilidade, como era a ideologia de blocos na Alemanha pré-hitlerista.

Ora, contemporaneamente sabe-se que tudo isso já mudou muito, que não há nenhuma conspiração das elites nem autenticidade proletária a ser resgatada, que a sociedade é bem mais complexa. Hall já rejeitou o reducionismo marxista a classes, mas ainda insiste na questão ideológica, conceito hoje praticamente desaparecido do cenário das discussões políticas. Assim, apesar de concordar com as teses de Michel Foucault e com a materialidade de seus argumentos – que contradizem a lógica do estruturalismo, do qual, também Foucault se apartou –, não se conforma com o fato de este ter abandonado a ideologia: para ele, não há resistência possível sem o trabalho voltado à questão ideológica. Inclusive

porque é só pela ideologia, advoga Hall, que se pode chegar à importância do significado, que está na base de seu conceito de articulação: “o que é a ideologia, senão precisamente a tarefa de fixar significados através do estabelecimento, por uma seleção e combinação, de uma cadeia de equivalências?”

Foucault, ao que parece, é o autor contemporâneo mais respeitado por Stuart Hall. Mas, além dessa questão da ideologia, Foucault desvincula, ao estilo de Nietzsche, a questão do poder de qualquer pertencimento a classe social, fato esse que reduziria, segundo Hall, mais ainda a força de sua intervenção. O poder, para Foucault, está tanto na colocação de alguns signifi-

cados no discurso público, quanto nas microtecnologias que criam corpos dóceis e disciplinados. É neste espaço que as tecnologias encobrem o real poder, espaço esse, contudo, disperso, múltiplo, diluído. Assim, já não se trata mais de operar com sujeitos – categoria ainda presente em Hall -, mas com “corpos”, e é só atuando sobre corpos que os poderes impõem suas normas, curam ou punem.

Em todas as situações – trabalho, lazer, educação, esporte – criam-se “estações de trabalho” individualizadas, de tal maneira que corpos indóceis são facilmente localizáveis e disciplinados. No corpo e no controle do comportamento o sistema torna-se efetivamente material, visível, palpável.

Na prática, o poder realiza-se, conforme Foucault e a leitura que dele faz Fiske, no processo de individuação, que é seu mecanismo disciplinador. As tecnologias de diferenciação ignoram diferenças individuais anteriores nas pessoas e produz suas próprias diferenças; não se trata, portanto, de poder de classe nem imposição de superiores a inferiores,

mas de uma tecnologia social de controle que organiza comportamentos de todos, indistintamente.

Outros autores pós-estruturalistas, que Hall reúne sob o rótulo de “pós-modernos”, representam uma retração ainda maior do pensamento crítico, que caminha na direção da resignação e do imobilismo. É, por exemplo, como ele comenta Jean-François Lyotard e Jean Baudrillard, tidos por ele como “celebradores” de um admirável novo mundo, preocupados em nos fazer “amar” as novas tendências e direções. Contra Baudrillard, Hall diz que as massas silenciosas pensam sim e se elas não falam é porque lhes retiramos a palavra, as privamos do sentido da enunciação; se elas jamais se tornaram sujeitos-autores das práticas culturais do século passado, sua contínua presença, espécie de “força passiva histórico-cultural”, mesmo assim teria conseguido interromper, limitar, trazer rupturas na ordem social e histórica. Hall não explicita exatamente como isso teria acontecido, só diz que as massas guardam um segredo para si mesmas e pessoas como Jean Baudrillard ficam rodando em círculos para decifrá-lo. Por fim e de forma pouco acadêmica, Hall sugere a Baudrillard que silencie seu discurso e vá aprender com as massas, que ele “tem que passar por isso”, tem que atravessar o “ponto de irritação” que elas significam.

Derrida tampouco ajudou nas propostas de Stuart Hall. Seu deslizamento de sentidos - da mesma forma que o colapso ou a implosão de sentido, de Baudrillard - segue na direção totalmente oposta à leitura dos significados de Hall, para quem não é possível conceitualizar a linguagem sem a operação com o sentido. Hall fala em representação e significação, quando os demais falam em fim de qualquer prática nesse sentido. Diante disso, Hall sente-se um dinossauro ou recorrente porque são exatamente esses seus pontos de orientação.

Por fim, no que mais interessa à nossa pesquisa, a relação com a recepção dos

Hall pensador assume igualmente uma postura inovadora e produtiva ao sugerir ao professor que sua cabeça mude a cada semana

meios de comunicação, cabe avaliar a contribuição de Stuart Hall e suas eventuais limitações.

A chamada “questão da recepção” está atrelada aos conceitos de ideológico e de hegemonia em Hall, ocorrendo, nestes casos, uma *leitura preferencial* das mensagens emitidas em massa pelo poder. Para ele, a hegemonia se constrói quando decodificações que receptores fazem das mensagens mantêm-se dentro do universo de uma mesma e única codificação, quando há homologia completa entre o que eu quero dizer e a forma como a coisa é apreendida pelo outro. Não obstante, as massas não precisam ler exatamente dessa forma, elas podem rejeitar as preferências de quem impõe sua versão das coisas e (re)fazer sua própria preferência. Temos aqui uma releitura dos conceitos de territorialização e reterritorialização, de Deleuze e Guattari.

Assim, sugere Hall, é possível que haja várias leituras. O receptor pode ler segundo o modelo dominante, ler de forma negociada ou francamente oposicionista; quer dizer, ele jamais é passivo. Além disso, não se pode tomar a audiência como uma totalidade coesa, devendo-se, ao contrário, seccioná-la em grupos sociais segundo raças, classes, gêneros. Como exemplo, Hall gosta de citar a minoria rastafári. O grupo apanha um texto bíblico, inverte-lhe o significado, representando, apenas esta operação, um processo que mexe com a identidade do próprio grupo: eles reconstróem-se a si mesmos como negros do novo mundo, tornando-se “o que eles são”.

A discussão sobre a audiência, sobre a recepção das mensagens comunicacionais é antiga e, de certa forma, fora de moda. Ela parte de uma visão equivocada da comunicação, especialmente das formas atuais em que esta se manifesta. As propostas de leitura crítica da comunicação são o fruto tardio das críticas às ideologias, que imperava antes da I Guerra Mundial,

e que sobreviveu a ela na chamada Guerra Fria. Naquela época, do mundo separado em blocos, tratava-se de combater as idéias inimigas, como se fossem os próprios exércitos em guerra. No pós-guerra, as oposições extra-parlamentares européias e o movimento chileno sob Allende batalhavam por ativar receptores, por levá-los à palavra, convocá-los a assumir a enunciação. Pio Baldelli e Umberto Eco foram, na época, grandes teóricos com seu trabalho na *contracomunicação*.

Ora, mas isso tudo pertence a uma época desaparecida. O chamado “campo burguês”, que detinha todos os meios de comunicação apesar de nada ter a dizer, dissolve-se e a relação de receptores com os meios é totalmente distinta. Seu “contrato de recepção” já não busca de forma alguma contestar, mas apenas se divertir. Diz Umberto Eco que já não tem mais nenhuma importância se o que se transmite na TV é verdadeiro ou não, importa, antes, que a emoção sentida seja verdadeira. Por isso, é equivocado falar-se de recontextualização das informações, das notícias, das reportagens em dias atuais. Exatamente porque participar deixou de ser proibitivo para ser ao contrário, a grande lógica do sistema.

Hoje em dia, tudo estimula a participação, mas agora se trata de uma participação sem resultados, sem efeitos, sem efetiva intervenção. Participa-se na escolha entre os infinitos canais, participa-se da construção de programas e filmes como mosaicos, pastiche de diferentes programas constituindo um produto híbrido, desconexo, curioso, mas jamais crítico ou contundente. Participa-se no jornalismo intervindo na matéria escrita, dando seus comentários, julgando a qualidade do texto, sua pertinência, definindo-se aí, por critérios sem muita relevância, se o profissional permanece ou não no quadro da empresa. Trata-se de uma participação perversa, pois já não se trata de interferir para a produção de um melhor, mas para aumentar o entretenimento, a ligeireza,

a legibilidade, em suma, sob critérios de consumo e não mais de qualidade informativa.

Passividade, ao que parece, nunca houve; fé cega nos discursos da comunicação, só quando a matéria era desconhecida, novidade, curiosidade. Em realidade, mudou apenas o tipo de jogo, pois, a astúcia da recepção sempre encontra formas de jogar com os sinais que recebe. Nem sempre para virar o mundo da política (em verdade, quase nunca), para fazer revolução, muitas vezes apenas para usar-se dessas mensagens para seu próprio benefício, para administração de seu próprio poder eventual local ou mais amplo, assim como para aplicá-lo às competições em campo restrito.

NOTAS

Item 1

Saussure: nada de social em seu trabalho. “*Meillet, contemporâneo de Saussure, pensava que o século 20 assistiria à elaboração de um procedimento de explicação histórica fundado no exame da transformação lingüística, na medida que ela se insere nas transformações sociais (1921). Mas os discípulos de Saussure, como Martinet (1961), associaram-se em rejeitar esta concepção, insistindo sem descanso para que a explicação lingüística se limitasse às inter-relações de fatores estruturais internos. Assim, não faziam mais do que seguir o espírito do ensinamento saussuriano. De fato, um exemplo aprofundado de Saussure mostra que, para ele, o termo ‘social’ significa simplesmente ‘pluri-individual’ e não sugere nada de interação social sob seus aspectos mais extensivos*”. (Labov, 1976: 259).

Origens da sociolingüística. “*De 11 a 13 de maio de 1964, sob a iniciativa de William Bright, 25 pesquisadores reúnem-se em Los Angeles para uma conferência sobre a sociolingüística*”. (Calvet, 1993:17). “*(...) O encontro de maio de 1964 marca, de fato, o nascimento da sociolingüística que se afirma contra uma outra forma de fazer a lingüística, a de Chomsky e da gramática gerativa*”. (Calvet, 1993:18). E também: “*Os anos 1970 vão, assim, constituir uma virada. Vê-se, a partir de agora, aparecer revistas ou coletâneas referindo-se explicitamente à sociolingüística que assume cada vez mais importância e vem atacar com artilharia as posições consideradas definitivas*”. (Calvet, 1993:21).

Labov: diferenças da classe média e popular. “*É principalmente William Labov, trabalhando sobre a fala dos negros norte-americanos, que desenvolveu estas críticas, mostrando que ele não descrevia de fato códigos, mas, antes, estilos, que ele não possuía nenhuma teoria descritiva*”. (Calvet, 1993:17). “*‘Quando se trata de descrever o que separa realmente os locutores da classe média aqueles da classe trabalhadora, eis que nos aparece sob os olhos uma proliferação de ‘eu acho’, de passivos, de modais e de auxiliares, de pronomes na primeira pessoa, de termos raros, etc. Mas isso não passa de marcos (...) Nós nos prestaremos um grande serviço que chegarmos, por fim, a distinguir no estilo da classe média aquilo que tem a ver com o modo e aquilo que ajuda realmente suas idéias com clareza’*.” (Labov, 1978:136).

Labov: fala dos homens e das mulheres. *Para Labov, os locutores masculinos de Nova Iorque têm resistência em se submeter à língua legítima “pelo fato que eles associam a idéia de virilidade à sua maneira de falar, ou, melhor, de usar a boca e a garganta ao falar. Não é sem dúvida, por acaso, que o uso popular condensa a oposição entre a relação burguesa e a relação popular com a língua na oposição, sexualmente determinada, entre a boca mais fechada, afetada, isto é, tensa e censurada, para a mulher, e a garganta, larga e francamente aberta, ‘escancarada’ (‘escancarar a goela’), isto é, distensa e livre, e, por isso, masculina*”. (Bourdieu, 1982:90). “*(...) adotar o estilo dominante e, em particular, um traço também marcado pela pronúncia legítima é, de qualquer forma, renegar duplamente sua virilidade, pois, o próprio fato da aquisição demanda a docilidade, disposição imposta à mulher pela divisão sexual do trabalho (e pela divisão do trabalho sexual), e que esta docilidade leva a disposições eles mesmas tidas como efeminadas*”. (Bourdieu, 1982:93).

Pierre Bourdieu: A comunicação lingüística. “*A sociologia só pode livrar-se de todas as formas de dominação que a lingüística e seus conceitos exercem ainda hoje sobre as ciências sociais, se atualizar as operações de construção de objeto pelas quais esta ciência se constituiu, e as condições sociais da produção e da circulação de seus conceitos fundamentais. Se o modelo lingüístico transportou-se tão facilmente para o terreno da etnologia e da sociologia, é porque se atribuiu à lingüística o essencial, isto é, a filosofia intelectualista, que faz da linguagem um objeto de intelecção mais do que um instrumento de ação e de poder. Aceitar o modelo saussuriano e seus pressupostos é tratar o mundo social como um universo de trocas simbólicas e reduzir a ação a um ato de comunicação que, como a palavra [parole] saussuriana, está destinada a ser decifrada por meio de uma cifra ou de um código, língua ou cultura. Para romper com esta filosofia social, deve-se de mostrar que se é legítimo tratar as relações sociais - e as próprias relações de dominação - como interações simbólicas, isto é, como relações*

de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, deve-se evitar de esquecer que as relações de comunicação por excelência, que são as trocas simbólicas, são também relações de poder entre locutores e seus grupos respectivos. Em uma palavra, é preciso superar a alternativa ordinária entre o economicismo e o culturalismo para tentar elaborar uma economia das trocas simbólicas”. (Bourdieu, 1982:13-14).

Bourdieu: O poder delegado. “O poder das palavras não é outra coisa que o poder delegado do porta-palavra, e suas palavras. [do portador das palavras]. (Bourdieu, 1982:105). NL: Não basta falar, é preciso ter a investidura para tanto (cit.): Um enunciado performativo é fadado ao fracasso todas as vezes que ele não for pronunciado por uma pessoa que tenha o ‘poder’ de pronunciar, ou, mais geralmente, todas as vezes que ‘as pessoas ou as circunstâncias particulares não são’ aquelas que convêm para que se possa invocar o procedimento em questão”. (Bourdieu, 1982:109). Contra Austin: “(...) a linguagem da autoridade é apenas o limite da língua legítima, na qual a autoridade não reside, como pretende o racismo de classe, no conjunto de variações prosódicas e articulatórias que definem a pronúncia distinta, nem na complexidade da sintaxe ou da riqueza do vocabulário, isto é, nas propriedades intrínsecas do próprio discurso, mas nas condições sociais de produção e reprodução da distribuição entre as classes de conhecimento e reconhecimento da língua legítima”. (Bourdieu, 1982:113). “(...) É isto que esquecem os lingüistas que, na linha de Austin, buscam nas próprias palavras a ‘força ilocucionária’ que eles às vezes detêm, tanto como as performativas”. (Bourdieu, 1982:132).

Bourdieu. A enunciação cria existências. “O discurso jurídico é uma palavra de ordem criadora que faz existir aquilo que ela enuncia. Ela é o limite para onde pretendem todos os enunciados performativos, bênçãos, maldições, ordens, desejos ou insultos; isto é, a palavra de ordem divina, o direito divino, que, como o intuitus originarius que Kant atribuía a Deus, faz surgir na existência aquilo que ela enuncia, em oposição a todos os enunciados derivados, constatativos, simples registros de um dado pré-existente. Não se deveria jamais esquecer que a língua, em razão da infinita capacidade geradora, mas também, originária, no sentido de Kant, que lhe confere seu poder de produzir existência produzindo a representação coletivamente reconhecida, e assim realizada, da existência, é, sem dúvida, o suporte por excelência do sonho de poder absoluto”. (Bourdieu, 1982:21).

Bourdieu. Não há língua sem o social. “O paradoxo da comunicação é que ela supõe um medium comum mas que só dá certo – vê-se bem no caso limite em que se trata de transmitir, como em geral na poesia, emoções – suscitando e ressuscitando

experiências singulares, isto é, socialmente marcadas”. (Bourdieu, 1982:16).

Bourdieu: Não há ciência do discurso. “Não há ciência do discurso considerado em si mesmo e por si mesmo; as propriedades formais das obras só fornecem seu sentido se nós os reportarmos, de uma parte, às condições sociais de sua produção – isto é, às posições que ocupam seus autores no campo da produção – e, de outra, ao mercado para o qual elas foram produzidas (e que pode não ser outro que o campo da própria produção) e, também, quando for o caso, aos mercados sucessivos no qual elas foram recebidas.” (Bourdieu, 1982:165). “(...) Esta compreensão aquém das palavras nasce do encontro entre um interesse expressivo ainda inexpresso, mesmo recalcado, e sua expressão nas formas, isto é, já efetuada conforme às normas de um campo”. (Bourdieu, 1982:205).

Bourdieu: o além-lingüístico. “Tudo, assim, é feito para proibir como indecente qualquer tentativa de exercer sobre o texto a violência que Heidegger, ele mesmo, reconhecia a legitimidade quando a aplica a Kant, e que sozinho permite compreender além das palavras aquilo que as palavras querem dizer”. (Bourdieu, 1982:187).

Item 2

História dos CS: 1956. “O desenvolvimento da Nova Esquerda é geralmente compreendido como uma resposta peculiarmente ‘britânica’ aos acontecimentos de 1956. (Morley e Chen, 1996:11). (tanques soviéticos em Budapeste). Hall era editor da New Left Review de 1958 a 1961”. (Sovik, 2003:11). “Os dois livros que ajudaram a marcar o novo terreno – As utilizações da cultura, de Hoggart, e Cultura e sociedade 1780-1950, de Williams – são ambos, de maneiras distintas, trabalhos (em parte) de recuperação”. (Hall, 1980:132). “(...) As utilizações da cultura propôs-se – muito no espírito da “crítica prática” – a ler a cultura da classe trabalhadora em busca de valores e significados incorporados em seus padrões e estruturas: como se fossem certos tipos de ‘textos’.” (Hall, 1980:132). A fundação: em 1964, funda-se o CCCS – Center for Contemporary Cultural Studies, Universidade de Birmingham. Hoggart dirige o centro nos primeiros 4 anos; de 1968 a 1979 consolidam-se os CS sob Hall. (cf. Sovik, 2003:11).

Bakhtin e Volochínov no CCCS dos anos 70. Nos anos 70 constatam-se ‘afinidades eletivas’ com o trabalho da teoria cultural no Centro: (1) debates do momento fundador dos EEC; (2) trabalho com subculturas jovens e o popular. “O terceiro exemplo vem da análise do discurso ideológico. Nos anos 70, no Centro de Estudos Culturais, houve grande empenho no sentido de repensar e re-trabalhar as categorias conceituais da ideologia, seus mecanismos e mapeamentos em várias áreas distintas. (...) o texto-chave foi, sem dúvida, Marxismo e filosofia da linguagem,

de V. N. Volochínov (...) [que] estabeleceu o caráter definitivamente discursivo da ideologia. 'O domínio da ideologia coincide com o domínio dos signos', escreveu Volochínov. 'São mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico'." (Hall, 1993:230).

Estudos sobre a ideologia. "Marxismo e filosofia da linguagem nos fez perceber com clareza que o que uma ideologia 'faz', por assim dizer, não é impor uma perspectiva de classe já formada sobre outra, menos poderosa, mas intervir na fluidez ideológica da linguagem, definir os limites e a ordem reguladora de uma 'formação discursiva', para tentar, arbitrariamente, fixar o fluxo da linguagem, estabilizá-la, congelá-la, saturá-la em um significado único". (Hall, 1993:231-2). "A explicação de Volochínov contrapõe o exercício do poder cultural, através da imposição da norma para congelar e fixar a significação lingüística, à constante erupção de novos sentidos, à fluidez da heteroglossia, e à forma como a instabilidade e a heterogeneidade inerentes ao conteúdo deslocavam e desordenavam o caráter aparentemente 'pronto' da língua". (Hall, 1993:232).

História do CS: Gramsci, a virada. "O ensaio do Hall (1985) sobre 'A relevância de Gramsci para o estudo da raça e da etnia' pode ser visto como o ponto de virada no foco substantivo de seu trabalho, quando ele se move para seu objeto presente central – a questão da 'raça', gênero e etnia (ou, em verdade, suas intersecções) – que são não-reduzíveis e não-essencialistas". (Morley e Chen, 1996:17). Não se fala mais de "classe": "Halls nota que, em relação à tendência marxista anterior, essencialista, que tratava classe como a 'categoria dominante' (master category) da análise social, nos anos recentes a questão da classe desapareceu amplamente da agenda dos estudos culturais". (Morley e Chen, 1996:18).

O homem Stuart Hall. "Se nós tivermos que caracterizar a contribuição de Stuart Hall para o desenvolvimento dos estudos culturais em uma palavra, esta palavra seria 'aberto'. Seu trabalho tipicamente abre o que parecia estar fechado; seu projeto é sempre ilimitado, sempre 'in progress' e assim sempre aberto a contribuições de outros..." (Fiske, 1986:212). A cultura como algo aberto. "O que esses exemplos [da cultura caribenha] sugerem é que a cultura não é apenas uma viagem de descoberta, uma viagem de retorno. Não é uma 'arqueologia'. A cultura é uma produção". (Hall, 1999:44). Um homem antes "prático". "A maior contribuição intelectual de Hall não está em ter feito declarações definitivas sobre questões teóricas e políticas, mas, antes, em seu envolvimento com uma ampla variação de projetos coletivos, em sua capacidade e disposição em assumir novas questões e de se mover constantemente além de seus próprios limites". (Morley e Chen, 1996:3). "Teoria foi sempre um desvio no caminho de algo mais interessante". (Morley e Chen, 1996:19). Importância do colonizado. "Hall teoriza como as condições estruturais (colonização e desco-

lonização) constituem a subjetividade de uma pessoa e, sob tais circunstâncias, limitam a possibilidade de o sujeito colonial ser capaz (ou incapaz) de resistir". (Morley e Chen, 1996:10).

Sobre o ensino. "Deixe-me colocar da seguinte maneira: você tem que estar seguro sobre a posição, no sentido de ensinar uma classe, mas você tem que estar aberto o suficiente para saber que você vai mudar sua cabeça na hora em que você for ensiná-la na semana seguinte". (Hall, 1985:150).

Das bases teóricas de Hall. "A tradição dos estudos culturais associados com a Birmingham School foi moldada por uma série quase contínua de debates e desafios (...). De um lado, ela constituiu-se continuamente por um engajamento crítico com outras posições teóricas: com o humanismo dos culturalistas (por exemplo, Raymond Williams e E. P. Thompson), com o estrutural-funcionalismo dos estruturalistas (por exemplo, Althusser), com o anti-humanismo e com o textualismo da teoria do discurso desconstrutivista e psicanalista (por exemplo, Screen e algumas versões da teoria feminista)". (Grossberg, 1986:163). "Stuart Hall, em seu 'Cultural Studies: Two Paradigms', distingue entre o paradigma 'culturalista', que ele associa ao trabalho de Raymond Williams e E. P. Thompson, e o paradigma 'estruturalista', que ele associa ao trabalho de estruturalistas como Claude Lévi-Strauss e ao marxismo de Louis Althusser. A importância do paradigma 'culturalista', de acordo com Hall, é que ele insiste em um entendimento da cultura não como um conjunto de textos privilegiados, mas, antes, como sistema de sentido, corporificado em todas as práticas sociais. O esforço do paradigma 'estruturalista', por outro lado, é que ele critica o humanismo e o experimentalismo do paradigma 'culturalista': o paradigma estruturalista descentra a experiência, mostrando que ela é um efeito de estruturas sociais que não podem ser reduzidas a 'materiais' da experiência. (...) O que está em jogo na distinção entre 'culturalismo' e estruturalismo' é o significado da teoria". (Katz, 1995: itens 9 e 10). O estruturalismo requer uma noção de totalidade, os fenômenos são efeitos dessa totalidade, a própria experiência não contém, por si mesma, condições de sua própria inteligibilidade. O culturalismo parte da atividade de sujeitos, nos quais misturam-se condições sociais e consciência social.

Culturalismo x Estruturalismo. "A grande vantagem dos estruturalismos é a ênfase dada às 'condições determinadas'. Eles nos lembram de que, em qualquer análise, a não ser que se mantenha realmente a dialética entre as duas metades da proposição segundo a qual 'os homens fazem a história... com base em condições que não escolhem', o resultado será inevitavelmente um humanismo ingênuo, com sua necessária consequência: uma prática política voluntarista e populista. Não se deve permitir que o fato de os homens poderem se tornar conscientes de

suas condições, se organizar para lutar contra elas e, até mesmo, transformá-las – sem o que é impossível conceber, muito menos praticar, qualquer política ativa – apague a consciência de que, nas relações capitalistas, homens e mulheres são colocados e posicionados em relações que os constituem como agentes”. (Hall, 1980:149).

As “saídas” do embate culturalismo-estruturalismo: “(...) voltar a Gramsci e, em particular, à sua noção de ‘hegemonia’. A utilidade de Gramsci é, segundo Hall, dupla: primeiro, em seu entendimento da ‘conjuntura’ como uma combinação específica de uma variedade de determinações; segundo, em sua crítica a um tipo de ‘reducionismo econômico’ que vê o fenômeno cultural e ideológico como expressões diretas de alguma posição de classes, na medida em que ainda conecta estes fenômenos a lutas sociais entre grupos que se contestam”. (Katz, 1995: item 13).

Deixar o austero Althusser e adotar o “light” Gramsci. “A virada para Gramsci nos estudos culturais contemporâneos, assim, é uma virada para fora do marxismo e de qualquer outra teoria que abstraia do específico e veja o específico como um efeito de estruturas mais gerais. Esta determinação é confirmada num texto mais recente de Stuart Hall, ‘Cultural Studies and its Theoretical Legacies’, sua contribuição aos estudos culturais, onde ele argumenta que a importância de Gramsci para os estudos culturais é que ele ‘desloca radicalmente’ toda a problemática marxista. Esta virada da teoria é também o significado da representação ‘otimista’ do progresso ocorrido desde a substituição de um Althusser mais ‘rígido’ e ‘determinista’ por um Gramsci mais ‘flexível’ e ‘sutíl’.” (Katz, 1995: item 20).

A questão da ideologia. “O problema da ideologia (...) concerne as formas pelas quais idéias diferentes tomam conta das mentes das massas e, por esse intermédio, se tornam uma ‘força material’. Nessa perspectiva mais politizada, a teoria das ideologias nos ajuda a analisar como um conjunto particular de idéias passa a dominar o pensamento social de um bloco histórico, no sentido de Gramsci; e, assim, nos ajuda a unir esse bloco a partir de dentro, manter seu domínio e liderança sobre a sociedade como um todo. Está relacionada principalmente com os conceitos e linguagens do pensamento prático que estabilizam uma forma particular de poder e dominação; ou que reconciliam e acomodam as massas em seu lugar subordinado na formação social”. (Hall, 1983:267). [O conceito de ideologia] “Hoje é utilizado para denominar todas as formas organizadas de pensamento social”. (Hall, 1993:268). “(...) As revisões de Althusser (...) produziram uma guinada decisiva na abordagem das ‘idéias distorcidas’ e da ‘falsa consciência’ na ideologia. Abriram a porta para uma concepção mais lingüística ou ‘discursiva’ desta ideologia”. (Hall, 1993:272). Não obstante, permanece a questão de como explicar as idéias subversivas e a luta ideológica. “O único problema da

ideologia [depois de Althusser e Lacan] passou a ser como os sujeitos ideológicos eram formados através de processos psicanalíticos”. (Hall, 1993:273). “Este é o longo declive do trabalho ‘revisionista’ sobre a ideologia, que em última instância conduz (em Foucault) à abolição total da categoria ‘ideologia’.” (Hall, 1993:273).

Efeito ideológico. “O que interessa não é a terminologia, mas a conceitualização. A questão do poder relativo e da distribuição de diferentes regimes de verdade na formação social em qualquer tempo – que tem alguns efeitos para a manutenção o poder na ordem social – é isso que eu chamo de ‘efeito ideológico’. Assim, eu continuo usando o termo ‘ideologia’ porque ele me força a continuar a pensar sobre aquele problema”. (Hall, 1985:136).

Sobre a articulação. “Uma articulação é [assim] a forma de conexão que pode fazer a unidade de dois elementos diferentes, sob certas condições.(...) Uma teoria da articulação é as duas coisas: um meio de entendimento de como surgem elementos ideológicos sob certas condições, como juntos agem coerentemente dentro do discurso, e um meio de perguntar como eles tornam-se ou não articulados, em conjunturas específicas, para certos sujeitos políticos”. (Hall, 1985:141-2). “Sua teoria da articulação trata precisamente deste sentido de complexidade [das forças contestadoras e contraditórias na sociedade]. Trata-se da sofisticação de sua antiga ‘leitura preferencial’ (preferred reading), que insistia na capacidade do leitor em contestar e modificar os sentidos promovidos pela cultura dominante”. (Fiske, 1986:218). Motor e reboque: “Nos estudos culturais, aquilo que pode ser articulado não são dois componentes de um caminho, mas forças sociais em larga escala (...) numa configuração ou formação particular em determinado momento, chamada conjuntura, para produzir os determinantes estruturais de qualquer dada prática, texto ou evento. (...) [um motor, menor e principal, puxa um reboque] a articulação não descreve apenas uma combinação de forças, mas uma relação hierárquica entre elas. As forças não são simplesmente conjugadas, elas são ‘estruturadas com dominância’. [no capitalismo, a máquina feudal adapta-se a seus objetivos; na música das subculturas articulam-se raça e classe]”. (Hartley, 2002:27).

Articulação e o “dialógico” de Volochínov. “Uma propriedade de toda significação: ser estruturada como diálogo. O termo foi cunhado por Volosinov de forma a sublinhar o processo contínuo, interativo e generativo da língua, em oposição à ênfase saussuriana na sua forma abstrata e estrutural. Volosinov argumenta que toda língua é expressiva de relações sociais e, conseqüentemente, que todos os enunciados individuais são estruturados como diálogo”. (Hartley, 2002:75-6). E também: “Onde, na visão clássica, os termos da dialética fundamentam a complexa substituição das distintas forças sociais, fornecendo-lhes sua lógica governante, sua meta-

narrativa, o dialógico enfatiza os termos variáveis do antagonismo, a intersecção de diferentes 'valências' no mesmo terreno discursivo, em vez das 'bifurcações' da dialética. O dialógico expõe rigorosamente a falta de garantia de uma lógica ou 'lei' para o jogo da significação, os posicionamentos infinitamente variáveis dos locais de enunciação, em contraste com as posições 'dadas' do antagonismo de classe, concebidas de forma clássica. A noção de articulação/desarticulação interrompe o maniqueísmo ou a rigidez binária a lógica da luta de classe, em sua concepção clássica, como figura arquetípica da transformação". (Hall, 1993:235).

Das metáforas. "É difícil captar – exceto metaforicamente – em quem consiste esse deslocamento das metáforas de transição [guerra de manobras para guerra de posição]. Não se trata do simples rejeição de um tipo de metáfora e sua substituição por outra 'melhor' (ou seja, mais correta teoricamente). É antes uma questão de ser surpreendido no meridiano que divide as duas variantes da mesma idéia; de estar suspenso entre duas metáforas – de abandonar uma sem que se possa transcendê-la, e de mover-se na direção de outra sem poder englobá-la inteiramente. (...) Certamente, o dialógico não refuta a idéia de antagonismo. Mas ele nos obriga sempre a pensar o antagonismo como algo mais ou menos do que o momento 'puro'; redefinir o 'carnavalesco' – como uma economia do excesso, do excedente e da suplementaridade, por um lado, ou de subdeterminação, ausência e falta, por outro lado." (Hall, 1993:236).

Item 3

Conceitos: O dialógico de Volochínov. "Uma propriedade de toda significação: ser estruturada como diálogo. O termo foi cunhado por Volosinov de forma a sublinhar o processo contínuo, interativo e generativo da língua, em oposição à ênfase saussuriana na sua forma abstrata e estrutural. Volosinov argumenta que toda língua é expressiva de relações sociais e, conseqüentemente, que todos os enunciados individuais são estruturados como diálogo". (Hartley, 2002:75-6).

O dialético x o dialógico. "Onde, na visão clássica, os termos da dialética fundamentam a complexa substituição das distintas forças sociais, fornecendo-lhes sua lógica governante, sua metanarrativa, o dialógico enfatiza os termos variáveis do antagonismo, a intersecção de diferentes 'valências' no mesmo terreno discursivo, em vez das 'bifurcações' da dialética. O dialógico expõe rigorosamente a falta de garantia de uma lógica ou 'lei' para o jogo da significação, os posicionamentos infinitamente variáveis dos locais de enunciação, em contraste com as posições 'dadas' do antagonismo de classe, concebidas de forma clássica. A noção de articulação/desarticulação interrompe o maniqueísmo ou a rigidez binária a lógica da luta de classe, em sua concepção clássica, como figura arquetípica da

transformação". (Hall, 1993:235).

Bakhtin: o carnaval. "O carnaval é a metáfora da suspensão e inversão temporária e sancionada da ordem, um tempo em quem o baixo se torna alto e o alto, baixo, o momento da reviravolta, do 'mundo às avessas'. O estudo de Rabelais levou Bakhtin a considerar a existência do popular como um domínio e uma estética totalmente alternativos. Com base em estudos sobre a importância das feiras, das festas, do mardi gras, e de outras festividades populares, Bakhtin utiliza o 'carnaval' para sinalizar todas essas formas, tropos e efeitos nos quais as categorias simbólicas de hierarquia e valor são invertidas. O 'carnavalesco' inclui a linguagem do mercado – imprecações, profanações, juramentos e coloquialismos que estorvam a ordem privilegiada da enunciação polida – os rituais, jogos e performances, nos quais zonas genitais, os 'estratos corpóreos materiais inferiores' e tudo que lhes pertence são exaltados e as formas refinadas e formais de conduta e discurso, destronadas". (Hall, 1993:224). Carnaval e transformação simbólica. "O carnavalesco representa também uma ligação com novas fontes de energia, vida e vitalidade – nascimento, cópula, abundância, fertilidade e excesso. De fato, é esse sentido de transbordamento da energia libidinal, associada ao momento do 'carnaval' que faz deste uma metáfora poderosa da transformação social e simbólica". (Hall, 1993:225). "Na verdade, o que é surpreendente e original a respeito do 'carnavalesco' de Bakhtin enquanto metáfora da transformação cultural e simbólica é que esta não é simplesmente uma metáfora de inversão – que coloca o 'baixo' no lugar do 'alto', preservando a estrutura binária da divisão entre os mesmos. No carnaval de Bakhtin, é precisamente a pureza dessa distinção binária que é transgredida. O baixo invade o alto, ofuscando a imposição da ordem hierárquica; criando, não simplesmente o triunfo de uma estética sobre outra, mas aquelas formas impuras e híbridas do 'grotesco'; revelando a interdependência do baixo com o alto e vice-versa, a natureza inextricavelmente mista e ambivalente de toda vida cultural, a reversibilidade das formas, símbolos, linguagens e significados culturais; expondo o exercício arbitrário do poder cultural, da simplificação e da exclusão, que são os mecanismos pelos quais se funda a construção de cada limite, tradição ou formação canônica, e o funcionamento de cada princípio hierárquico de clausura cultural". (Hall, 1993:226).

Sobre Bourdieu: A comunicação é também poder. "A sociologia só pode livrar-se de todas as formas de dominação que a lingüística e seus conceitos exercem ainda hoje sobre as ciências sociais, se atualizar as operações de construção de objeto pelas quais esta ciência se constituiu, e as condições sociais da produção e da circulação de seus conceitos fundamentais. Se o modelo lingüístico transportou-se tão facilmente para o terreno da etnologia e da sociologia, é porque se atribuiu à lingüística o

essencial, isto é, a filosofia intelectualista, que faz da linguagem um objeto de inteligência mais do que um instrumento de ação e de poder. Aceitar o modelo saussuriano e seus pressupostos é tratar o mundo social como um universo de trocas simbólicas e reduzir a ação a um ato de comunicação que, como a palavra [parole] saussuriana, está destinada a ser decifrada por meio de uma cifra ou de um código, língua ou cultura. Para romper com esta filosofia social, deve-se de mostrar que se é legítimo tratar as relações sociais - e as próprias relações de dominação - como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, deve-se evitar esquecer que as relações de comunicação por excelência, que são as trocas simbólicas, são também relações de poder simbólico, onde se atualizam relações de força entre locutores e seus grupos respectivos. Em uma palavra, é preciso superar a alternativa ordinária entre o economicismo e o culturalismo para tentar elaborar uma economia das trocas simbólicas". (Bourdieu, 1982:13-14). Sobre o poder delegado. "Bourdieu: o poder das palavras não é outra coisa que o poder delegado do porta-palavra, e suas palavras". [do portador das palavras]. (Bourdieu, 1982:105). Não basta falar, é preciso ter a investidura para tanto: "Um enunciado performativo é fadado ao fracasso todas as vezes que ele não for pronunciado por uma pessoa que tenha o 'poder' de pronunciar, ou, mais geralmente, todas as vezes que 'as pessoas ou as circunstâncias particulares 'não são' aquelas que vêm para que se possa invocar o procedimento em questão'." (Bourdieu, 1982:109). Contra Austin: "(...) a linguagem da autoridade é apenas o limite da língua legítima, na qual a autoridade não reside, como pretende o racismo de classe, no conjunto de variações prosódicas e articulatórias que definem a pronúncia distinta, nem na complexidade da sintaxe ou da riqueza do vocabulário, isto é, nas propriedades intrínsecas do próprio discurso, mas nas condições sociais de produção e reprodução da distribuição entre as classes de conhecimento e reconhecimento da língua legítima". (Bourdieu, 1982:113). "(...) É isto que esquecem os lingüistas que, na linha de Austin, buscam nas próprias palavras a 'força ilocucionária' que eles às vezes detêm, tanto como as performativas". (Bourdieu, 1982:132). E também: "O discurso jurídico é uma palavra de ordem criadora que faz existir aquilo que ela enuncia. Ela é o limite para onde pretendem todos os enunciados performativos, bênçãos, maldições, ordens, desejos ou insultos; isto é, a palavra de ordem divina, o direito divino, que, como o intuitus originarius que Kant atribuía a Deus, faz surgir na existência aquilo que ela enuncia, em oposição a todos os enunciados derivados, constatativos, simples registros de um dado pré-existente. Não se deveria jamais esquecer que a língua, em razão da infinita capacidade geradora, mas também, originária, no sentido de Kant, que lhe confere seu poder de produzir existência produzindo a representação coletiva-

mente reconhecida, e assim realizada, da existência, é, sem dúvida, o suporte por excelência do sonho de poder absoluto". (Bourdieu, 1982:21).

Bourdieu: não há língua sem o social. "O paradoxo da comunicação é que ela supõe um medium comum, mas que só dá certo - vê-se bem no caso limite em que se trata de transmitir, como em geral a poesia, emoções - suscitando e ressuscitando experiências singulares, isto é, socialmente marcadas". (Bourdieu, 1982:16).

Não há ciência do discurso: O anti-Foucault. "Não há ciência do discurso considerado em si mesmo e por si mesmo; as propriedades formais das obras só fornecem seu sentido, se nós os reportarmos, de uma parte, às condições sociais de sua produção - isto é, às posições que ocupam seus autores no campo da produção - e, de outra, ao mercado para o qual elas foram produzidas (e que pode não ser outro que o campo da própria produção) e, também, quando for o caso, aos mercados sucessivos no qual elas foram recebidas". (Bourdieu, 1982:165). "(...) Esta compreensão aquém das palavras nasce do encontro entre um interesse expressivo ainda inexpresso, mesmo recalçado, e sua expressão nas formas, isto é, já efetuada conforme às normas de um campo". (Bourdieu, 1982:205). Sobre o alémlingüístico. "Tudo, assim, é feito para proibir como indecente qualquer tentativa de exercer sobre o texto a violência que Heidegger, ele mesmo, reconhecia a legitimidade quando a aplica a Kant, e que sozinho permite compreender além das palavras aquilo que as palavras querem dizer". (Bourdieu, 1982:187).

Em relação à ideologia de blocos da Alemanha pré-hitlerista, consultar o meu: A linguagem da sedução. A conquista das consciências pela fantasia, especialmente a tradução de Oskar Negt e Alexander Kluge, se deu "A ideologia dos blocos".

Contra os estruturalistas. "[A teoria da representação de Hall] é, contudo, diretamente oposta ao alto estruturalismo do althusserianismo e do lacanismo. O objeto de estudo de Foucault tem uma materialidade e uma concretude (o que é dito, poder que é aplicado, as técnicas de aplicação) que contradizem diretamente o argumento do alto estruturalismo de que a realidade última consiste em relações profundamente estruturadas que transcendem às condições imediatas nas quais operam". (Fiske, 1986:217).

Contra Derrida: a ideologia fixa significados. "Se Derrida estiver correto ao afirmar que há um contínuo deslizamento do signifiante, uma contínua 'deferência' [= diferança, diríamos nós], é correto também afirmar que sem algumas 'fixações' arbitrárias, ou o que eu estou chamando de 'articulação', não existiria qualquer sentido ou significado. O que é a ideologia, senão precisamente a tarefa de fixar

significados através do estabelecimento, por seleção e combinação, de uma cadeia de equivalências?” (Hall, 1985b: 164).

Contra Foucault, que abandona a “ideologia”. “Mas, enquanto eu aprendi uma grande negação em Foucault, em sua noção a respeito da relação entre conhecimento e poder, eu não sei como você pode manter a noção de ‘resistência’, como ele faz, sem encarar questões relativas à constituição da dominação na ideologia. (Hall, 1985:135). Negando a significação, negando a ideologia, ele [o pós-moderno] nega a distribuição desigual do poder na sociedade, cuja percepção sempre foi uma perspectiva indicativa do trabalho de Hall”. (Fiske, 1986:218). E também: “Hall parece achar o trabalho de Foucault mais problemático do que o de qualquer outro pós-moderno, provavelmente porque ele acredita ser ele o mais significativo e o mais sério. (...) Hall suspeita que a ênfase de Foucault em dispersas tecnologias do poder negue o valor de qualquer análise sistemática do poder como um princípio estruturante: Ele está preocupado que, em Foucault, a desconexão do poder de qualquer outro pertencimento a classe tenha se distanciado muito de sua própria e da noção de Laclau, de não-obrigatório pertencimento à classe. Ele incomoda-se, também, com o fato de que a virada de Foucault do ponto focal da análise crítica, saindo para fora da ideologia e da consciência, na direção do poder e do corpo, corre o risco de jogar fora a saudável e útil política do significado junto com a água suja do banho de uma teoria da ideologia da ‘grande narrativa’. Certamente, Foucault não acha necessário o conceito de ideologia para sua consideração das microtecnologias, pelas quais o poder produz corpos docéis e pela qual, através de corpos individualizados disciplinados, ele chega ao coração do corpo social”. (Fiske, 1986:216).

Foucault e o poder exercido sobre os corpos. “A teoria do discurso de Foucault, entretanto, centra-se naquilo que foi dito pública e poderosamente, nas condições sociais particulares mais do que em regularidades estruturais que permitem que a coisa seja falada. O poder de colocar alguns significados no discurso público e de reprimir outros é, para Foucault, uma tecnologia social paralela ao poder de produzir alguns comportamentos corporais como normais e de reprimir e ‘desnormalizar’ outros. Apesar de dispersas, as microtecnologias do poder não são casuais.(...) Estas múltiplas tecnologias funcionam, por fim, como um regime que atua como um arco de encobrimento do poder, regime que, contudo, só pode ser vivido na concretude de sua multivariabilidade, amplamente dispersa e em aplicações muito particulares”. (Fiske, 1986:217). “Dentro de sua empresa, o corpo substitui o sujeito. É através do corpo e de seu comportamento que a medicina, a psiquiatria e o direito definem e impõem nossas normas sociais e trabalham para curar ou punir

aqueles que as excedem. Dentro destas normas, a organização do comportamento corporal no espaço e no tempo forma a base da ordem social. Para o sistema do trabalho, precisamos ocupar certas ‘estações de trabalho’ em determinados tempos no escritório ou na fábrica, na classe ou no lar, no passeio de barco ou na praia do feriado. Estas ‘estações de trabalho’ precisam ser individualizadas de tal forma que qualquer corpo que não as ocupe devidamente pode ser identificado e disciplinado”. (Fiske, 1992:161).

Corpos: o poder na prática. “A individualidade deste tipo é um ‘produto de cima a baixo’ [top-down product]: as pessoas são diferenciadas segundo as demandas do sistema e a individuação torna-se um mecanismo disciplinador. Suas tecnologias de diferenciação não medem diferenças individuais que lhes pré-existem, mas produz ativamente diferenças como parte da operação de seu poder. Este contínuo processo de individuação é o poder-na-prática. Não é o poder de uma classe sobre outra, nem a disciplina dos superiores diante dos subalternos: é a tecnologia social de controle que organiza o comportamento de cada um dentro dela, tanto dos grandes como dos pequenos. A ordem social, como Foucault a analisa, depende do controle dos corpos e comportamentos das pessoas: ela não poderia amaldiçoar suas subjetividades. O corpo e seu comportamento específico é onde o sistema de poder deixa de ser abstrato e torna-se material”. (Fiske, 1992:162).

Contra os Lyotard e Baudrillard que “viajaram”. “Eu acho que Lyotard e Baudrillard em seu modo celebratório, de fato, atravessaram direto a barreira do som. Eles estão envolvidos não apenas em identificar novas direções e tendências, novas configurações culturais, mas em nos ensinar a amá-las”. (Hall, 1985:131). Baudrillard e as massas. “Eu diria exatamente o contrário. As maiorias silenciosas pensam; se elas não falam, talvez seja porque lhes retiramos a palavra, as privamos do sentido da enunciação, não porque elas não têm nada a dizer. Eu argumentaria que, a despeito o fato de que as massas populares nunca estiveram em condições de tornar-se, em qualquer sentido completo, sujeitos-autores das práticas culturais no século 20, sua presença contínua, como uma espécie de força passiva histórico-cultural, interrompeu constantemente, limitou e produziu rupturas em tudo o mais. É como se as massas guardaram o segredo para si mesmas enquanto os intelectuais permanecem girando em círculos, tentando descobrir o que é, o que está acontecendo”. (Hall, 1985:140). Baudrillard: vá aprender com as massas! “As massas são como uma irritação [an irritant], um ponto pelo qual você tem que atravessar. E eu acho que o pós-modernismo tem que atravessar esse ponto; ele tem agora, de fato, que pensar esse através [think through] e se engajar na questão das massas. Eu acho que Baudrillard precisa juntar-se às massas vez por outra, silenciar por dois terços do século, apenas para ver como se sente a coisa”. (Hall, 1985:141).

Crítica a Derrida. “Mas o que passou agora, com o marxismo e parcialmente em resposta à confusão e desautorização da esquerda, é aquele senso de urgência. Isso não foi ajudado pela forma com o pós-modernismo foi construído na Grã-Bretanha, como amistoso e conservador. A suspensão dos sentidos na desconstrução derridiana não ajudou necessariamente nestas questões”. (McRobbie, 1992:720).

Críticas gerais ao pensamento pós-moderno: resignação e imobilismo. “(...) ele diz [o selo ‘pós-modernismo’], em primeiro lugar, que não há nada mais com alguma importância – não há forças contraditórias, não há contratendências - e, em segundo lugar, que estas mudanças são terríveis e tudo o que temos a fazer é nos reconciliarmos com elas”. (Hall, 1985:132). Crítica ao abandono da noção de significado. “Eu não acredito que se dê para conceitualizar linguagem, sem o sentido, enquanto os pós-modernos falam de colapso ou implosão de todo o sentido. Eu ainda falo de representação e de significação, enquanto Baudrillard diz que estamos no fim de qualquer prática representacional ou de significação. Talvez eu seja, nestas questões, um dinossauro ou um reincidente, mas eu acho muito difícil entender a sociedade contemporânea e as práticas sociais abandonando estes três pontos de orientação”. (Hall, 1985:135).

Sobre a leitura preferencial. “Não creio que as audiências ocupem as mesmas posições de poder daqueles que dão significado ao mundo para elas. Leitura preferencial é simplesmente um modo de dizer que, se você detém o controle dos aparatos de significação do mundo e o controle dos meios de comunicação, então você escreve os textos – até certo ponto, a leitura preferencial tem uma forma determinante. As decodificações que você faz se dão dentro do universo da codificação. Um tenta englobar o outro. A transparência entre o momento da codificação e a decodificação é o que eu chamaria de momento da hegemonia. Ser perfeitamente hegemônico é fazer com que cada significado que você quer comunicar seja compreendido pela audiência somente daquela maneira pretendida. (...) O elemento da leitura preferencial se situa no ponto onde o poder atravessa o discurso, está dentro e fora da mensagem. Assim, não se pode dizer que eles são poderosos só porque controlam os meios de

produção; eles tentam se infiltrar dentro da própria mensagem, para nos dar uma pista: ‘leia-me desta forma’. Isso é o que eu quero dizer com leitura preferencial”. (Hall, 1989:366). E ainda:

“O preferencial no âmbito da decodificação significa algo diferente do preferencial na codificação. De certa forma, posso rejeitar [deprefer] sua preferência e renovar a minha preferência [reprefer]. Posso dizer: ‘Você queria que eu lesse de uma determinada forma, mas eu não leio desse jeito. (...) o preferencial é a tentativa que o poder faz para amarrar a mensagem a um significado’”. (Hall, 1989:372).

Estudos de recepção da comunicação. “A intervenção teórica de Stuart Hall foi posta em paralelo, no plano empírico, com o primeiro estudo de audiência de David Morley (1980), The “Nationwide” Audience, resultado de seu exame textual anterior de um programa britânico de assuntos atuais, Nationwide, e conduzido mostrando um episódio particular do programa sobre o Dia do Orçamento anual para uma variedade ampla de grupos de audiência, cuja discussão era analisada em termos de leitura do texto ‘dominante’, ‘negociada e ‘oposicional’.” Brunt, 1992, p. 70. Estudos da recepção: “Os desafios aos pressupostos do modelo de efeitos começaram nos anos de 1970, com investigadores como Umberto Eco e Stuart Hall, que se propuseram investigar se um texto único era suscetível de proporcionar uma variedade de leituras a audiências diferentes. Os estudos de media reconheceram a impossibilidade de levar a cabo essa tarefa sobre indivíduos e optaram, em vez disso, por promover projetos que consideram os indivíduos como membros de grupos designados, definidos, por exemplo, por classe, raça e gênero. Escritores como Hall, Fiske, Ang e Morley afirmavam que observar textos mediáticos era um processo e negociação entre o texto, uma dada audiência e as ideologias, as crenças e os valores que esses grupos traziam ao processo. A partir desta investigação, defendia-se que as audiências já não podiam ser pensadas como receptores passivos de informação, mas sim como leitores que aceitavam, rejeitavam, subvertiam e negociavam todos os textos mediáticos”. (Hartley, 2002:97).

Sobre os rastafáris. “Rasta era uma língua alegre, emprestada de um texto – a Bíblia – que não pertencia a eles; eles tiveram que virar o texto de ponta-cabeça para obter um sentido que se encaixasse em sua experiência. Mas, ao virar o texto de ponta-cabeça,

Referências bibliográficas

- Brunt, Rosalind [1992], “Engaging With the Popular”. In: Grossberg e Cary, 1992.
- Bourdieu, Pierre [1982]. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard, 1982.
- Calvet, Louis-Jean. *La sociolinguistique*. Col. Que sais-je? Paris , PUF, 1993.
- Fiske, John [1986]. “Opening the Hallway. Some Remarks on the Fertility of Stuart Hall’s Contribution to Critical Theory”. In: Morley e Che, 1966.
- Fiske, John [1992], “The Culture of Everyday Life”. In: Grossberg e Cary, 1992.
- Grossberg, Lawrence [1986]. “History, Politics and Postmodernism. Stuart Hall and Cultural Studies”. In: Morley e Chen, 1966.
- Grossberg, Lawrence, e Nelson Cary (Orgs) (1992). *Cultural studies*. Nova Iorque, Routledge, 1992.
- Hall, Stuart[1980]. “Estudos culturais. Dois paradigmas”, In: Hall, Stuart, 2003.
- Hall, Stuart [1983]. “O problema a ideologia. O marxismo sem garantias”. In: Hall, Stuart, 2003.
- Hall, Stuart [1985]. “On postmodernism and Articulation”. An Interview with Stuart Hall. Edicted by Lawrence Grossberg. In: Moley e Chen, 1966, op. cit.
- Hall, Stuart [1985b]. “Significação, representação, ideologia. Althusser e os debates pós-estruturalistas”. In: Hall, 2003.
- Hall, Stuart [1989]. “Reflexões sobre o modelo de codificação/decodificação. Uma entrevista com Stuart Hall”. In: Hall, 2003.
- Hall, Stuart [1993]. “Para Allon White. Metáforas de transformação”. In: Hall, 2003.
- Hall, Stuart [1999]. “Pensando a diáspora. Reflexões sobre a terra no exterior”. In: Hall, 2003.
- Hall, Stuart [2003]. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik, Belo Horizonte, Editora UFMG e Brasília/UNESCO, 2003.
- Hardt, Hanno [1996]. “British Cultural Studies and the Return of the ‘Critical’ in American Mass Communication Research. Accomodation or Radical Change? In: Morley e Chen [1996], op. cit.
- Hartley, John. [2002]. *Comunicação, Estudos Culturais e Media. Conceitos-chave*. Trad. Fernanda Oliveira, s/l, Quimera, 2004.
- Katz, Adam. “Postmodern Cultural Studies: A Critique”. *The Alternative Orange*. v 5, n° 1, Outono/inverno 1995-6 [Cópia obtida via internet].
- Labov, William [1976]. *Sociolinguistique*. Paris, Éditios de Minuit, 1976.
- Labov, William [1978]. *Le parler ordinaire*. T. 1, Paris, Éditions de Minuit, 1978.
- McRobbie, Angela [1992]. “Post-Marxism and Cultural Studies”. In: Grossberg e Cary, 1992.
- Morley, David., Chen Kuan-Hsing [1996]. *Critical Dialogues on Cultural Studies*. Londres, Routledge, 1996.
- Rolf Löchel, recensão de Bromley, Göttlich e Winter, *Cultural Studies*, e de Jan Engelmann, *Die kleinen Unterschiede*.
- Sovik, Liv. “Apresentação. Para ler Stuart Hall”. In: Hall, Stuart, 2003.